



Assembleia Municipal

----- Associar-me às suas palavras sobre o Senhor António Nunes, foi uma pessoa muito dedicada àquilo que era a sua freguesia e ao seu concelho e que teve um papel importante na vida democrática do nosso concelho e à qual eu não posso deixar de me associar a esse voto de pesar. -----

----- Uma nota relativamente à questão do novo Lar de Pombeiro, era uma velha expectativa de Pombeiro da Beira e aproveito para saudar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira que pela primeira vez se senta nesta Assembleia Municipal e também da Freguesia de São Martinho da Cortiça. -----

----- Destacar aquilo que foi o entendimento entre as duas Freguesias relativamente à partilha de um equipamento coletivo da maior importância. -----

----- Queria também saudar a Cáritas por ter decidido avançar com esta obra tão importante que será fundamental naquilo que é o reforço na nossa coesão social mas também na criação de emprego no baixo concelho. -----

----- Pediu a palavra o **Senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, António Cardoso** que referiu " em função daquilo que disse o Senhor Presidente da Câmara relativamente ao Assunto do Despovoamento, no sentido de se realizar uma Assembleia Municipal Extraordinária ou uma conferência, eu proponha que se fizesse uma reunião com os líderes parlamentares para escolher o melhor modelo de organização". -----

----- Referiu o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal Avelino Pedroso** que se todos concordassem marcaria então a reunião com todos os líderes dos partidos e que iria enviar por correio eletrónico essa marcação. -----

## ORDEM DO DIA

**1) --- Discussão e votação das GOP's (Grandes Opções do Plano) – Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes para o ano 2016. -----**

----- Foi dada a palavra ao Executivo Camarário na pessoa do Senhor Presidente, Ricardo Pereira Alves para fazer os esclarecimentos sobre o ponto um. -----



Assembleia Municipal

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

----- " Eu ia pedir se esta apresentação pode ser relativamente ao ponto um e ao ponto dois, uma vez que as grandes opções do Plano e o Orçamento da Receita e Despesa estão intimamente ligadas?

Referiu o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso que sim mas que a votação seria feita em separado. Também por uma questão de metodologia sugeria que as intervenções incidissem nos dois pontos.-----

----- "Fazer uma breve apresentação das Grandes Opções do Plano para dois mil e dezasseis bem como do Orçamento Municipal.-----

----- Ao nível das Grandes Opções do Plano destacar e realçar que as funções sociais representam cinquenta e três, quarenta e um por cento do total da verba inscrita nas Grandes Opções do Plano para dois mil e dezasseis. Depois temos as funções gerais e as funções económicas com um peso de cerca de 18% ambas e as outras funções com 10,41%.-----

----- Detalhando um pouco mais, é importante realçar que é matéria do saneamento e do abastecimento de água representam mais de 21% do total das Grandes Opções do Plano.-----

----- A Administração Geral com 17,75%, a cultura com 15,49%, os transportes rodoviários 13,32% e depois temos ensino não superior e a transferência entre administrações ligeiramente superior a 10%.-----

----- Ao nível dos investimentos começaria por realçar a requalificação da escola EB1 do Sarzedo, um investimento previsto de cerca de quinhentos e sessenta mil euros para os quais estão assegurados no âmbito do pacto para o desenvolvimento e coesão territorial da região de Coimbra, cerca de trezentos mil euros de financiamento, fundos europeus, a extensão de saúde de São Martinho da Cortiça com um investimento previsto de cerca de cento e vinte mil euros estando assegurados também no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Coimbra, cento e quatro mil euros, falamos novamente de fundos europeus. Ao nível de abastecimentos de água e saneamento dois milhões oitocentos e dezanove mil euros e aqui estão considerados ao nível do abastecimento de água um investimento na ordem dos novecentos mil euros que diz respeito às intervenções a realizar nos sistemas de abastecimento em alta no Concelho, portanto este valor dos novecentos mil euros é para dois mil e dezasseis e haverá um valor também de novecentos mil euros para dois mil e dezassete, pretendemos revolucionar todos os sistemas de abastecimento de água em alta no Concelho de Arganil. Para além disso, no saneamento estão aqui considerados a construção da ETAR da Zona Industrial da Relvinha tendo a expectativa de poder ter financiamento comunitário de 85%, é um investimento de um milhão de



Assembleia Municipal

euros. Temos ainda consideradas e previstas a construção de novas ETAR's EM Anceriz, Benfeita, Sanguinheda, Pombeiro da Beira e Pardieiros. O Teatro Alves Coelho com uma dotação de seiscentos mil euros para dois mil e dezasseis e mais quinhentos mil euros para dois mil e dezassete.-----

----- O Museu Internacional do Rally com uma dotação de um milhão de euros, a requalificação da Capela de São Pedro que também já tem financiamento assegurado no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Coimbra com um investimento de duzentos mil euros com financiamento de 85%.-----

----- Núcleo Museológico de Etnografia a instalar na antiga Casa da Criança em Coja, um investimento de quarenta mil euros. O Museu de Arqueologia também um investimento previsto de cem mil euros também a instalar na casa da cultura de Arganil.-----

----- A Casa das Coletividades com um investimento previsto de setenta e cinco mil euros, para intervir nas áreas comuns uma vez que os espaços afetos a cada uma das instituições de Arganil serão naturalmente descobertos por essas instituições.-----

----- A Zona de lazer das Fronhas, um investimento previsto de cem mil euros e dizer também aqui que a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia já estabilizaram aquela que é a solução que pretendem para aquele espaço, falta agora para obter as necessárias autorizações, porque é necessário consenso de outras entidades que têm competências próprias naquela zona, designadamente a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro bem como a Agência Portuguesa do Ambiente.-----

----- A recuperação e manutenção das galerias ripícolas e de linhas de água que é um processo que já está em curso mas que tem ainda um impacto financeiro de cinquenta mil euros em dois mil e dezasseis que são a limpeza dos principais cursos de água do Concelho nomeadamente as suas ribeiras.-----

----- Requalificação da rede viária municipal um investimento previsto de um milhão setecentos e setenta e dois mil euros e estão aqui consideradas a ligação Chapinheira / Murganheira, a ligação Agroal / Sobral Magro, Soito da Ruiva e Estrada Municipal 508, a ligação Salada das Eiras / Cepos, a ligação 342 / Celavisa, também está prevista a ligação Benfeita, Pardieiros, Mata da Margaraça, está também considerada a ligação Coja, Barril de Alva, Vila Cova de Alva esta também com impacto financeiro e físico em dois mil e dezassete e para além disso também uma empreitada de requalificação dos arruamentos municipais no valor de duzentos mil euros.-----



Assembleia Municipal

*John*  
*Falcao*

----- Contratos Programa com as Freguesias o mesmo valor de dois mil e quinze, quatrocentos mil euros, portal do Turismo cem mil euros e de realçar que este é um investimento que esperamos que agregue os Municípios da Beira Serra nomeadamente Oliveira do Hospital, Tábua, Góis e Pampilhosa da Serra. Este valor é um valor global cabendo ao Município cerca de vinte mil euros. ----

----- De todo o modo dizer que estamos já a preparar um site exclusivo dedicado ao Turismo [visitearganil.pt](http://visitearganil.pt) e que será no devido tempo apresentado. -----

----- Ficabeira – Feira do Mont’Alto o mesmo valor de dois mil e quinze de cinquenta mil euros, Feira das Freguesias também o mesmo valor deste ano, vinte cinco mil euros. -----

----- Passando ao Orçamento Municipal de dois mil e dezasseis, a receita distribui-se desta forma: receita corrente 61,86% a receita de capital de 38,14% na despesa há aqui um maior equilíbrio a despesa corrente 49,78% a despesa de capital 50,22%, isto significa que a permite cobrir toda a despesa corrente e ainda libertar alguns meios para executar a despesa de capital e é naturalmente cumprido o princípio do equilíbrio orçamental. -----

----- Ao nível da receita corrente, os impostos diretos têm um peso de 16%, depois ainda com alguma relevância temos os rendimentos de propriedade com 12% mas as transferências correntes assumem um papel decisivo de 48% e as vendas de bens e serviços correntes também ainda com um peso significativo nas receitas correntes de 20%. -----

----- Ao nível dos impostos diretos é o imposto municipal sobre imóveis que tem o peso mais significativo de 77%, imposto único de circulação 12%, o imposto municipal sobre transmissões honrosas de imóveis 11%. -----

----- Ao nível das receitas de capital, a esmagadora maioria de cerca de 99% diz respeito às transferências de capital. Ao nível das despesas correntes, o pessoal da Câmara Municipal tem um peso significativo de 39% das despesas correntes bem como a aquisição de bens e serviços que representa 46% do total das despesas correntes, transferências correntes têm um peso de 10%. -----

----- Ao nível das despesas de capital as aquisições de bens de capital 81%, é um peso esmagador, depois temos 8% nas transferências de capital e 10% os passivos financeiros em suma são estes os principais números e as principais ações integradas e plasmadas nas grandes Opções do Plano para dois mil e dezasseis e também na proposta do Orçamento Municipal”. -----



Assembleia Municipal

----- Teve a palavra o Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva Luís Moura para dizer, "em primeiro lugar quero expressar nesta Assembleia a satisfação da vila de Coja pelos trabalhos em curso naquela vila, designadamente a construção do acesso ao parque do Prado e o Centro BTT, sendo oportuno aqui realçar o contributo dos executivos da Junta e Câmara nesse sentido, permitindo-me referir os nomes de pessoas que foram fundamentais na sua construção Dr. Maia Vale, Eng.º Rui Silva e Eng.º Ricardo Pereira Alves, enquanto presidentes da Câmara e Dr. Eugénio Fróis, Eng.º Álvaro Calinas e Eng.º João Manuel Oliveira na qualidade de presidente da Junta, todos eles merecedores de distinção em relação ao processo do Prado, reafirmando aqui a disponibilidade da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva para analisar este assunto numa perspetiva de conjunto e não individual. -----

Relativamente à afirmação há pouco proferida pelo Sr. Presidente da Câmara sobre a eventualidade do parecer das Juntas de Freguesias não ser vinculativo nos processos de consagração toponímica, quero reafirmar a certeza de que este parecer é indispensável neste processo, tal como é defendido por conceituados juristas em direito público. -----

Retomando a discussão do Plano e Orçamento para 2016, reafirmo a certeza de que as duas obras em curso na vila de Coja são e diferenciadoras e cuja importância será demonstrada aquando da sua entrada em funcionamento, reiterando a disponibilidade da União de freguesias de Coja e Barril de Alva já apresentada ao município para colaborar na gestão do centro BTT e manutenção dos percursos que atravessam a nossa freguesia. -----

Em segundo lugar quero expressar o reconhecimento da minha freguesia pela inclusão no Orçamento do próximo ano da recuperação do piso da estrada Coja, Barril, Vila Coja do Alva, obra há muito necessária e reclamada pelas populações, para além da referência à conclusão do Museu na Casa da Criança de Coja. -----

Analisando as restantes peças do Orçamento, verifico que a grande fatia do orçamento vai para as funções sociais do concelho em detrimento do necessário investimento em projetos estruturantes, projetos esses que possam de alguma forma dinamizar o concelho e fixar os nossos jovens que aqui não encontram oportunidades de emprego. -----

Se por um lado é consensual apostar na melhoria das condições oferecidas às crianças das nossas escolas ou criação de espaços de cultura, não é menos verdade que a falta de apostas em ações que fomentem o turismo, a instalação de empresas ou as ações que contrariem a desertificação das nossas aldeias, serão certamente determinantes no dia-a-dia de todos nós, fazendo antever a partida dos nossos filhos para fora deste concelho à procura de dar início às suas vidas. -----

É certo que todos temos a plena consciência da escassez de recursos mas também perceberemos que uma grande parte das apostas assentam em desequilíbrios na sua distribuição, como sejam por



Assembleia Municipal

*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Hahen'.*

exemplo a manutenção dos cento e quinze mil euros de apoio a todo o associativismo do concelho, quando comparados com os duzentos e doze mil euros previstos para a animação das atividades lúdicas em Arganil. -----

Se é certo e consensual que grande parte do investimento deverá ser feita na sede do concelho, não podemos alhear-nos da nossa realidade, pelo que gostaria de ter visto refletido neste orçamento: uma aposta forte nas praias fluviais do concelho, na alteração da má imagem que prolifera em grande parte do concelho com a sinalização das vias e do trânsito; na criação de apostas diferenciadoras ao nível do turismo de natureza e turismo religioso, tirando partido das condições naturais e do património material e imaterial da região; na potenciação das rotas das aldeias históricas e de xisto, no incentivo à criação de produtos diferenciadores ligados ao sector agrícola, na consolidação e divulgação dos produtos endógenos; no incentivo à manutenção das florestas ajudando e incentivando os proprietários no acesso aos fundos disponíveis no programa 2020, em suma, apostando no futuro e na repartição equitativa dos dinheiros públicos em função do retorno e da importância que as iniciativas de cada uma das freguesias podem contribuir para o desenvolvimento deste concelho. -----

Concluo, com um misto de satisfação pelo investimento na estrada Coja, Barril, Vila Cova mas ao mesmo tempo com o descontentamento da freguesia que aqui represento pela não aposta na sua importância estratégica para o desenvolvimento turístico deste concelho; pelo contributo do orçamento do município no esforço que tem sido feito na dinamização turística da vila de Coja e consequentemente de todo o alto concelho; por não ver reconhecida a importância da animação de verão na praça central da vila de Coja, espaço que qualifico sem qualquer imodéstia como um dos ex-libris deste concelho e desta região, merecedora de uma aposta forte e concertada por parte do município. Obrigado".-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado António João Lopes** para dizer “este assunto é extremamente importante e eu ao ler os documentos que me chegaram verifico que o plano não é o plano não é o plano do Município de Arganil, tentei saber junto de coletividades de que sou sócio, como é que participaram neste plano e por exemplo a Cooperativa Agrícola não participou em nada nem foi ouvida, a Associação dos Produtores Florestais disseram que também não, a Casa do Povo de Coja, de Arganil, do Barril também não foram chamados nem ouvidos. Os seus planos não foram entrecruzados para termos um verdadeiro plano social para o desenvolvimento de Arganil, isto é a prova do que temos aqui, ninguém sabe que existe uma Assembleia e as pessoas com quem tenho falado que participaram nestas Assembleias em anos anteriores dizem que é uma chatice, não serve



## Assembleia Municipal

para nada... Não existe vida política no Município, o que eu propunha era que nos próximos planos, nós tivéssemos a capacidade de juntar todas as instituições com mais capacidade e que têm centenas de sócios.-----

----- Eu temo que as pequenas estruturas e volto a lembrar que a IPSS do Barril tem uma pequeníssima estrutura de crescimento económico e é capaz de não sobreviver, mas lembro que no Piódão á uma outra estrutura relativamente débil mas julgo que ainda continua a viver, mas não havendo apoio, intercâmbio, diálogos que é o mais importante, não temos capacidade para fazer uma vida coletiva progressiva.-----

----- Este plano não é diferente do que fazia o Professor Coimbra quando era presidente desta Câmara antes do Vinte Cinco de Abril, este plano é um plano feito por uma pessoa ou um grupo de pessoas limitado que vem aqui só para informar os trinta e cinco que fazem parte da Assembleia Municipal, logo havendo doze mil habitantes, havendo dezoito milhões de euros, eu realmente lamento que este plano seja apenas uma forma de cumprir horários e nada mais.-----

Começando pelos números, a cultura continua com 15,4% isto visto fora de Arganil vão dizer que esta terra é a melhor do mundo em cultura, nós ao nível nacional não chegamos a ter 1% e em Arganil tem 15,4% é evidente que isto é distorção da realidade, se formos analisar chegamos à conclusão que não é tudo cultura, é ferro, cimento, orçamentos, por aí adiante. -----

----- Um plano é uma estrutura para melhor funcionamento, é evidente que é obrigado a fazer um plano, mas deste plano não se conclui nada, o Presidente da Câmara que é uma pessoa com formação de engenheiro eu gostava de saber se neste ordenamento do território que tem duzentos e cinco mil euros, está a iluminação de uma rua que foi feita em Coja há seis ou sete anos. Não há tempo, não há pessoas atribuídas a cada função, isto não é um plano, é uma confusão ou antes é um conjunto de números atribuídos a algumas funções que podem ser feitas ou não. Não temos datas, não temos pessoas, um plano é para gerir convenientemente, o plano é um documento liso e não uma montanha. -----

----- O Presidente da Câmara que faz parte de outras estruturas como era presidente e julgo que continua a ser presidente das Aldeias Históricas, tinha toda a vantagem em ter um plano de facto. Saber que em Janeiro fazia-se A, em Fevereiro e parte de Março, em dez dias ou vinte dias fazia-se outra função, distribuía-se o dinheiro e distribuía-se as pessoas, é evidente que isto é difícil. Eu tenho participado em muitos planos e sei que é difícil mas é a melhor forma de trabalhar e é a melhor forma de os funcionários que nos estão atribuídos, ora Arganil tem duzentos e setenta funcionários, é uma Câmara, há um certo número de pessoas que já sabem qual é a sua atividade, fazer pagamentos, recebimentos, fiscalização de obra, mas para além disso ainda há um grupo grande de



Assembleia Municipal

*Debo*  
*Paulo*

-----  
pessoas que saltam de obra em obra, de ruas, estradas, Etar's, seja o que for isso não está aqui planeado.-----

----- Por exemplo em junho o que é que este conjunto de pessoas que faz parte dos duzentos e setenta trabalhadores, estes dezoito mil milhões de euros ou estes doze mil habitantes vão estar perante que obras? Isto ou é para permitir fazer o que se quer ou... encontrei aqui, uma das que li, uma proposta feita pelo senhor Presidente do Sarzedo que é a Etar da Relvinha, esta foi uma proposta feita na Assembleia de Fevereiro deste ano e ainda bem que teve acolhimento neste plano, mas pergunto ao Senhor Presidente da Junta do Sarzedo ou ao Senhor Presidente da Câmara em que mês é que isso vai ser feito?-----

----- O Senhor Presidente da Benfelta que hoje não está cá, um dos graves problemas que tem é com a população estrangeira que lá reside, está aqui incluído alguma verba para trabalho de alguns sociólogos para trabalharem com aquela gente.-----

----- Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova, há três edifícios e um deles em perigo de cair de um dia para o outro, será que estão incluídas aqui verbas para isso. Diz aqui ordenamento do território, este refere-se a equipamento público, será que nestes duzentos e cinco mil euros isso está incluído?-----

----- Meus amigos, o Senhor Presidente da Câmara tem formação de engenheiro, mas nos Vereadores há várias pessoas com formação de gestão de empresas, peço-vos que apontem progressivamente para fazer um plano que nos dê a distribuição dos trabalhos a realizar, quando e com que verbas, porque isso é que é um trabalho útil para todos, para os funcionários, para as estruturas da Câmara e para a população saber quando é que é a minha ou aquela obra a ser feita. --

----- Quanto ao orçamento já que estamos a falar em conjunto, eu vejo coisas como por exemplo, utilização da rede viária um euro, mas isso tem interesse? Aferição de Contador um euro? Parece-me que isto era conveniente ser visto com quem tem sentido da realidade, por isso propunha que se fizesse um plano o mais possível de acordo com o que diz a nossa constituição de mil novecentos e setenta e seis, todos terão de participa nestas obras para que se tenha um resultado melhor. Obrigado".-----

----- Teve a palavra a **Senhora Deputada Carla Rodrigues** que começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para de seguida referir, "É com agrado que registo a inclusão da ETAR da zona industrial da Relvinha nas Grandes Opções do Plano para dois mil e dezasseis, com um investimento tão significativo quanto necessário. É verdadeiramente uma questão de saúde pública e que tem de ser, efetivamente, uma das prioridades



Assembleia Municipal

do município. Em relação a esta obra e à requalificação da EB1 do Sarzedo, gostaria de saber se já podem afirmar que estas intervenções decorrerão no ano de dois mil e dezasseis ou se ainda estão dependentes da aprovação de alguma candidatura. -----

Ainda no capítulo das funções sociais, verifica-se, mais uma vez, que o investimento na área da educação, continua a ser uma prioridade do município. Um investimento significativo no sistema de mobilidade (transporte gratuito para todos os alunos), fornecimento de refeições (penso que estão aqui contemplados já os lanches escolares gratuitos para as crianças com escalão), prolongamento de horário, apoio económico às famílias na aquisição de livros, Universidade de Verão e Escola de Verão, entre outros.

Tenho uma dúvida sobre o que é realmente ação social. O PS refere que para a Rubrica da ação social só estão disponíveis 3000€. Realmente o que está aqui plasmado neste item são só as acessibilidades centro de saúde e o projeto Arganil solidário. Contudo, considero que a questão dos transportes e de tudo o que está ligado à educação são benefícios sociais, apesar de neste documento estarem separados. O facto de termos aderido à proposta do governo para redução do IMI às famílias com domicílio fiscal no concelho, e no nosso caso aprovámos a redução máxima, e de termos abdicado dos 5% relativamente à receita de IRS, isso não é benefício social? Para além disto, o Município tem várias parcerias com instituições que trabalham nesta área. Estou-me a lembrar, por exemplo, do projeto Alimentar mais em Arganil e do Programa PERA. Penso que, por vezes, os documentos não refletem, na íntegra, o que se faz, efetivamente, no nosso concelho.

Tendo em conta o apoio notório que o Município dá na área da educação, eu penso que a preocupação maior de todos é apostar numa estratégia conjunta de fixar esses jovens no nosso concelho, reforçar a empregabilidade, o empreendedorismo. Só assim o crescimento do nosso concelho poderá ocorrer de forma sustentável. Portanto, considero que a reunião que está prevista ser realizada será o local ideal para debater este assunto.

Por falar em jovens, emprego e ação social, queria aqui deixar a minha satisfação pela equipa técnica que integra o programa CLDS 3G de Arganil: Arganil + inclusiva, um caminho para a mudança. Uma equipa jovem, ex alunas do nosso agrupamento, com raízes no nosso concelho e, estou convicta que vão trazer uma mais-valia para o nosso concelho, nomeadamente na área social. Obrigada”



Assembleia Municipal

*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Adão' or 'Adão Q.' with 'Adão' written below it.*

----- Depois de feitos os esclarecimentos relacionados com a ordem de inscrição dos Senhores Deputados Municipais para o debate, usou da palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** para proferir "esta primeira intervenção é muito sintética e a primeira nota prende-se com um pedido de esclarecimento. No Orçamento receita, página vinte e nove transferências de capital, há aqui uma verba de três milhões cento e setenta e dois mil que não está explicitada e eu pedia que houvesse aqui algumas considerações com um número tão significativo. Procurei com objetividade encontrar a verba da receita das eólicas e penso que estará aqui. É esta questão simples à cabeça que eu gostaria de colocar. -----

----- Também gostaria de comentar um tema que tem sido hoje recorrente e também de uma forma muito rápida. Arganil foi dos poucos Municípios que beneficiou simultaneamente de dois programas de política social, faço isto com algum cuidado para depois não levar por resposta que entendo muito pouco disto e eventualmente é verdade, mas ainda assim arrisco-me a pronunciar-me sobre isto e refiro-me concretamente ao RLIS e ao CLDS, o que é preciso dizer à cabeça é que fico contente que haja dois programas de apoio social para o Município de Arganil, procuro sempre contextualizar em termos de região e verifico que na região Arganil, tem dois programas na ação social e que à municípios na periferia e nomeadamente na Beira Serra que não foram contemplados com nenhum programa, portanto a primeira palavra é de agrado pela situação que estamos a relatar.-----

----- Quero também dizer o seguinte, é minha convicção que as IPSS deste Município têm feito em condições difíceis deve ter pesado também nesta decisão e atribuição destes dois programas. Posto esta parte tão positiva que eu faço com tanto agrado, há uma outra que também tenho que referir, não participei por motivos de ordem pessoal nas cerimónias do RLIS e do CLDS, mas pareceu-me evidente algo que não é bom, as duas cerimónias foram como que muradas e os elementos responsáveis de um programa não participaram no outro programa. Penso que nesta matéria como em tudo à que reforçar a unidade para haver convergência. Da convergência resulta força, poder para os projetos e nesse sentido resulta benefícios para os carenciados. -----

----- Um apelo é que os responsáveis consigam falar, consigam entender-se, consigam fazer esta festa que é importante de uma maneira que é participada para bem dos Arganilenses".-----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale**, para referir "duas pequenas questões referentes ao código de classificação económica número 07039902 diversos, inclui rendas das águas do Centro Litoral, gostaria de saber que rendas são estas. Também o código de classificação económica 01020202220 outros trabalhos especializados, no valor de oitocentos e oitenta e quatro mil



Assembleia Municipal

e seis centos euros, gostaria também de saber que trabalhos estarão previstos neste código de classificação económica. -----

----- Fazer aqui uma referência também a uma reincidência neste relatório de Orçamento e das Grandes Opções do Plano que é o regulamento mais uma vez registado neste relatório do orçamento.

----- À semelhança de dois mil e doze em que ouve um empolamento de seis milhões duzentos e sessenta e nove mil euros, à semelhança do orçamento de dois mil e treze onde ouve um empolamento de três milhões e quatrocentos mil euros, à semelhança do relatório de dois mil e catorze onde ouve um empolamento na ordem dos três milhões e trezentos mil euros, vamos ver qual é o empolamento que ouve em dois mil e quinze mas estimo que seja entre os três milhões a quatro milhões de euros e neste orçamento verificamos também que há um empolamento de cerca de quatro milhões de euros. Eu acho que esta reincidência significa que não há um rigor e seriedade na construção deste documento por parte do Executivo, quero bem frisar, porque o trabalho técnico está muito bem feito e os técnicos obedecem às orientações superiores e portanto quero frisar a falta de seriedade e a falta de rigor que os números que este documento contem, à uma reincidência nos valores que constam nos sucessivos orçamentos que nos vão sendo apresentados e este mais uma vez é empolado em quatro milhões de euros no mínimo sendo isto uma espécie de logro aos munícipes que contam ter um orçamento de dezoito milhões e seiscentos e oitenta e oito mil euros e depois vamos verificar que a execução deste orçamento é no mínimo quatro milhões de euros inferior, obrigado.”-----

----- Usou da palavra a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** que proferiu “hoje é a minha primeira intervenção e por isso muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Deputados e aos Senhores Vereadores. -----

Muito breve as minhas saudações a todos, não poderia deixar de o fazer uma vez que a minha intervenção política neste momento é apenas nesta Assembleia de voz dizer a todos, em meu nome pessoal que me congratulo com o novo ciclo de governação do meus país, que eu pessoalmente me congratulo com o novo ensaio de governação e que estou muito satisfeita, aquele dia vinte e três de novembro se não estou em erro em que o iniciámos, é para mim duplamente marcante, fui avó pela terceira vez e o meu neto é filho do meu filho mais velho e bisneto de um grande homem que foi João Castanheira Nunes com quem eu fui politicamente muito frontal e que comigo foi e que nos amámos muito um e outro e que nos debatemos muito. Por isso mesmo ele é filho de um pai que defende e que se congratula com esta governação e é filho de uma mãe que não concorda com esta governação ou seja é filho dos tempos que correm e por isso mesmo nós congratulamo-nos com este



Assembleia Municipal

estado e com este ensaio e não poderia deixar de o dizer porque a título pessoal tenho muita esperança neste futuro do meu país.-----

----- Estamos na fase dos esclarecimentos ainda, por isso não me vou apenas pronunciar mas vou pedir ao senhor Presidente que esclareça o seguinte: nas grandes opções do plano nos itens da cultura eu ressalto três especificações com as quais também me congratulo como disse a senhora Deputada hoje, hoje estamos pacificamente a congratularmo-nos contudo e com todos. -----

----- A cultura do Teatro Alves Coelho, as funções sociais e também na cultura a aquisição do espólio histórico da Comarca de Arganil e do Jornal de Arganil e ainda um terceiro item que é o referente ao portal do Turismo e à Ficabeira. Eu pretendia alguns esclarecimentos começando por esta última referência, a verba de cem mil euros para o portal do Turismo é muito próxima da verba dos cento e cinquenta mil euros atribuída à Ficabeira. A Ficabeira é uma marca de Arganil e vai continuar a ser e tem sido de ano para ano esforçadamente investida e com melhoramentos, queremos que continue e que sejam cada vez mais. Portanto só perguntar se esta verba de cem mil não será uma verba estimada por excesso e se a verba dos cento e cinquenta mil não será estimada por defeito, é o que me parece mas isto é um esclarecimento ainda e não uma apreciação. -----

----- Quanto ao Teatro Alves Coelho estão inscritos montantes previstos de seiscentos mil euros, eu pergunto ao Senhor Presidente o seguinte, no documento anexo às grandes opções do plano e ao orçamento há um relatório de processos judiciais em curso e diz entre parêntesis responsabilidades contingentes. Neste relatório eu não vejo mencionada a ação judicial que está pendente e que é do conhecimento público e que tem como causa, pedir o Teatro Alves Coelho e eu até pedia a quem elabora esta parte do contencioso que passa-se a fazer constar neste relatório os objetos destas ações porque neste relatório de ações judiciais pendentes nós verificamos que há uma breve apreciação neste sentido, há riscos de condenação mas nós não sabemos porquê a causa, eu não quero nenhum relatório ação/ação mas eu não sei por exemplo, a Sociedade Joaquim Fernandes Marques e Filhos demanda á Câmara e o valor da ação é de quinhentos e sessenta e sete mil euros, gostava de saber se era aquisições, compras, o que se discutia, uma breve referência. Também não sei quanto aos processos de contra ordenação porque é que a Câmara corre riscos de suportar condenações, diz aqui um caminho junto à albufeira de Pombeiro da Beira, quem é que instaura este processo, porquê, quem é que é condenado, o infrator se é o municípe ou é a Câmara? O mesmo relativamente aos outros.-----

----- Eu conjugando este relatório e conjugando com o orçamento e com a parte da despesa no código 0102020214 eu vejo que a Câmara vai gastar uma verba anual de duzentos e vinte e dois mil euros para pareceres, projetos, estudos e consultadoria, eu sei que deve estar aqui incluído os custos dos serviços jurídicos e por isso pergunto voltando atrás se no Teatro Alves Coelho os seiscentos mil



Assembleia Municipal

euros que estão destinados para o Teatro se inclui também o patrocínio jurídico dessa ação judicial que está pendente e porque é que ela não está aqui no relatório dos processos judiciais pendentes. Eu digo-lhe a si Senhor Presidente que eu tenho acesso à ação, que eu tenho os articulados todos, vou-me dispensar de os aqui referir, é dever seu informar a Assembleia desde que a Assembleia o requeira, que tipo de ação é que está pendente e quais são os riscos de sucesso ou insucesso nessa ação e se esses riscos foram aqui ponderados relativamente a este procedimento com o qual me congratulo. Este é só um pedido por hora de esclarecimentos”.

Foi dada a palavra à **Senhora Deputada Elisabete Oliveira** para referir “eu iria começar a minha intervenção e aproveitando as palavras da Senhora Deputada Arménia Coimbra para me congratular por não poder estar mais de acordo com as palavras do Senhor Deputado Eugénio Fróis o que nem sempre tem acontecido, portanto é um momento que deve ser realçado, aqui a titulo naturalmente de brincadeira se é que me é permitido. Reforçar naturalmente que todo o trabalho e não só o social, mas todo o trabalho que implique o desenvolvimento e o desenvolvimento tem que ser visto de uma forma integrado e hoje falámos sobre isto, a área social não se pode desligar nem desvincular da área económica naturalmente e a área social está intrinsecamente ligada à área da educação, se falarmos de igualdade de oportunidades e se falarmos de quebrar ciclos de pobreza, estas duas áreas terão que estar indissocialmente ligadas à área social, porque sem um investimento na educação nós não criamos condições para que as crianças que hoje apoiamos possam ser no futuro adultos que têm crianças que não precisam de ser apoiadas para que tenham uma vida com dignidade e se não criarmos trabalho, estas famílias que apoiamos não podem sair destes ciclos, portanto e porque esta área me é muito cara e de facto esta discussão lembra-me também a discussão já tida a propósito do orçamento do ano passado é importante investir na área social mas de forma a não alimentar-se ciclos de pobreza o que é sempre algo que pode ser perigoso, mas a quebra-los e a criar uma perspetiva de sustentabilidade e de autonomia nas famílias e nas pessoas que apoiamos. Tal como foi apresentado, parece-me muito importante que mais de cinquenta por cento do total das grandes opções do plano estejam ligadas às funções sociais bem como e no resto já referido, no âmbito do POISE, deste programa operacional que está ligado à inovação, ao lado social e ao lado do emprego, estejam a ser implementados e estejam já neste momento implementados no Concelho, dois programas que me parecem que se podem e devem complementar e que têm uma importância enorme para estes próximos três anos e estou convicta que com a unidade de que foi referida, conseguirão trabalhar não para estes três anos mas



Assembleia Municipal

para criar condições para o que for criado nestes três anos, tenha em termos sociais e económicos um impacto positivo. Estou certa disso e acredito que todos os responsáveis do Concelho, serão capazes de trabalhar em unidade e em prol das pessoas, porque as instituições e os políticos servem para servir as pessoas e é importante relembrarmo-nos todos disso.-----

Depois e porque não podemos só congratularmo-nos e reforçar convergências, houve algo que a mim me chamou a atenção porque eu não me congratulo com este novo ciclo político e reforçando as palavras que o Senhor Deputado Fernando Vale disse no início, mas congratulo-me muito com um estado democrático, com um estado onde os valores da Liberdade e da Democracia são os meus valores, cresci neles e a prendi a respeitar os resultados mesmo quando eles não são aquilo que eu gostaria que fossem, portanto dizer que não é este novo ciclo e o facto de não ser o ciclo de governo que eu gostaria que estivesse a começar que me deixa preocupada ou triste, mas a forma e a pouca legitimidade política que reconheço este ciclo e o processo e a forma como foi conduzido que me deixa preocupada precisamente com o estado democrático e com as liberdades e por isso não podia deixar também aqui, mantendo o tom diplomata, que me sinto preocupada com este novo ciclo político e que de todo me congratulo com ele".-----

----- Teve a palavra o **Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva Luis Moura** para dizer "apenas queria fazer aqui uma referência ao CLDS e ao RLIS porque enquanto a Junta de Freguesia foi convidada para estar presente na apresentação na passada terça-feira no projeto por parte da Santa Casa, não foi incluída nos convites para a apresentação do CLDS na quarta-feira do qual eu acabei por ter conhecimento através das redes sociais, o que lamento. Gostaria que este processo fosse corrigido no futuro deixando aqui claro duas coisas, primeiro; a decisão da Junta de Freguesia foi de não estar presente na apresentação do RLIS por uma questão de conjuntura e por uma questão de manter uma linha de pensamento em relação a estes dois projetos. Em relação ao CLDS temos uma perspetiva e uma expectativa em relação aos objetivos que são traçados e que o Senhor Deputado António Lopes levantou aqui a questão e eu associo-me a toda esta expectativa e estou esperançado que as pessoas envolvidas terão a capacidade, porque têm e reconheço que o têm, para levarem por diante este projeto que eu acho que é ambicioso e necessário e que penso que daqui a quatro anos todos seremos capazes de avaliá-lo e descortina-lo se necessário".-----



Assembleia Municipal

----- Foi dada a palavra à **Senhora Deputada Ana Rita Gonçalves**, que começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os presentes, de seguida cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e a Comunicação Social e de seguida referiu, " há pouco o Senhor Presidente elencou algumas estradas que irão ser requalificadas e eu gostaria apenas de saber se a estrada de Arganil mais concretamente na zona do Mourão se irá sofrer alguma requalificação como a Avenida das Carecas, e saber se a estrada de Mancelavisa também irá sofrer alguma requalificação. Obrigada". ---

----- Pediu a palavra o **Senhor Deputado Luis Gomes** para dizer que "serei muito breve, não tencionava intervir mas já que a senhora Deputada trouxe aqui ao debate a questão da Política Nacional, eu necessariamente também vou fazer uma abordagem muito breve e muito sintética que é a seguinte: referiu que se iniciou o novo ciclo, o ciclo de esperança, talvez seja um ciclo de esperança rosa salpicado de vermelho e talvez com uns toques de radicalismo dito democrático. Queria deixar esta nota final, os Concelhos da Beira Serra particularmente Arganil, Tábua, Góis, Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, não comungaram nesse ciclo de esperança e alguns até estando do lado do Partido Socialista, afastaram-se desse projeto e desse ciclo de esperança e a este conjunto de Concelhos não ficou o ciclo de esperança, ficou o ciclo da dúvida e o ciclo eu diria o ciclo muito difícil que de alguma maneira constitui uma frustração democrática. Muito obrigado".

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Luís Almeida** para referir "começo por fazer dois ou três apontamentos. O primeiro para o Deputado António João Lopes, parece-me a mim que confunde um Plano com um Projeto. São coisas distintas, hoje quando projetamos algo e isso faz-se mais ao nível empresarial, e num projeto alocamos recursos, horas, verbas, portanto eu acho que estamos a falar de coisas completamente diferentes e distintas. Também pode e eu aconselho porque eu também o faço, ler o relatório de atividades e aí sim vamos sendo confrontados com aquilo que são o desenvolvimento das várias áreas.-----

----- Dizer aqui também tanto ao Senhor Deputado Eugénio Fróis e permitam-me aqui um parêntesis porque não o fiz no período antes da ordem do dia, devo em consciência dizer-lo que a sua intervenção quando falou da questão de Coja na questão da atribuição do nome da rua ao Eng.º João Oliveira, eu estive a ouvi-lo e tenho a certeza que a sua intervenção, as suas palavras



Assembleia Municipal

em que eu mais me revii e mais comungo da sua opinião. Isto é sincero honesto, também já me conhece, faço minhas, as suas palavras na íntegra. -----

----- Referiu também há pouco e isto ainda para o Senhor Deputado Eugénio Fróis de ter havido uma sessão pública, um convite, houve uma sessão pública que eu fui, porque foi o único convite que recebi e refiro-me ao CLDS. Eu tenho uma máxima que é, por norma desde que possa e tenha disponibilidade, vou onde sou convidado. -----

----- Dizer também que o reparo de estratégias de intervenções, ou que poderia haver aqui uma estratégia da parte da mesa da Assembleia ao nível das intervenções não me parece muito correto porque ficou claro que na bancada do PS houve um... eu sou o primeiro, tu o segundo e tu o terceiro e vamos afinar isto aqui... assim penso que a estratégia ficou bem vincada de onde ela surgiu. -----

----- Por último dizer ao Senhor Deputado Fernando Vale e em meu entendimento que o Plano é meramente previsional e por conseguinte o orçamento tem de ser previsional e isto também é outra máxima que eu tenho, que é o risco, o risco que tenho de falarmos sobre assuntos que não dominamos e que às vezes nos leva a ter intervenções conseguidas. Obrigado". -----

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado António João Lopes** " só queria dizer ao Deputado Luís Gomes e à Deputada Elisabete Oliveira que vocês ainda não leram a constituição de mil novecentos e setenta e seis, vocês ficaram na de trinta e três é que a de setenta e seis diz que é a Assembleia da Republica que resolve, vocês não sabem que há vários partidos, por isso leiam se fazem favor e por posições perfeitamente democráticas que temos este Governo. É evidente que o Governo pode demorar um dia, dois dias, três dias, pode demorar aquilo que vocês quiserem, que vocês imaginarem que querem, mas quem tem vida são os que lá estão, não é por vocês soprarem cá de fora que aquilo vai a baixo mais depressa, por isso tomem cuidado porque a Constituição ainda a que está em vigor, agora, é a de mil novecentos e setenta e seis. Eu já vi que a Constituição de setenta e seis ainda não chegou a Arganil, mas cá vamos andando. -----

----- Quanto ao Senhor Deputado Luís Almeida, planos e projetos, eu disse que ei que esses projetos, planos, para uma Câmara não são o mesmo que para uma pequena e média empresa. Esta é a maior empresa do Concelho, com dezoito milhões de euros e com duzentos e setenta trabalhadores. Deve aos poucos, ir pondo mais balizas nisto, é evidente que eu conheço muito de planos e projetos, o senhor também é capaz de conhecer, espero eu, mas isto não é plano nenhum, isto é uma grande confusão como ali a serra do açor, com altos e baixos e locais onde não se percebe nada. Obrigado". -----



Assembleia Municipal

----- Pediu a palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale**, “apenas responder ao membro da Assembleia Luís Almeida, que perdeu uma oportunidade para estar calado, porque pelos vistos o senhor não sabe apreciar este documento. -----

----- Se o Senhor analisar bem os sucessivos orçamentos apresentados por este executivo, ade repara, mas pelos vistos não tem, anda distraído, como diz é recorrente o Senhor Presidente da Câmara dizer “anda distraído”, se for às transferências de capital que é a rubrica número 100102 e que tem sempre valores avultados no ano de dois mil e dezasseis a três milhões cento e setenta e dois mil euros, esta rubrica na execução orçamental ade ficar a zero como ficou nos anos anteriores, portanto se o senhor analisar bem isto, verifica que este empolamento é forçado e é de certa maneira um empolamento planeado. Sugiro-lhe que comece a ler melhor este documento, que comece a fazer melhor uma retrospectiva dos orçamentos anteriores, que vai esta rubrica, que vai execução orçamental e veja qual é a execução orçamental desta rubrica, fica sempre a zero. Se o senhor tivesse o cuidado de ter visto isto, o senhor repararia que este orçamento e os anteriores são sempre empolados, sempre com origem na mesma rubrica ou fortemente baseados nesta rubrica. Sugiro que tenha mais cuidado, que leia com mais atenção os documentos e depois aquando da apresentação da execução orçamental, vá a esta rubrica específica e vá ver qual foi a execução orçamental. Acho que perdeu uma boa oportunidade para estar calado”. -----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, “Pedi autorização a quem de direito para dizer isto que vou dizer agora e é muito breve e é ali para o meu colega de bancada Luís Gomes, não quero e não vou toldar o ambiente agradável que temos vivido. Hoje eram já algumas horas da madrugada, li um texto tão bom que eu não prescindo de partilhar algumas ideias convosco. -----

----- O texto está publicado no Diário das Beiras do dia vinte e sete e o autor é Norberto Pires, foi como todos sabem, um dos Presidentes da CCDRC e recentemente candidato pelo PSD, penso que digo bem, à Câmara de Condeixa. -----

----- Essa partilha que eu queria fazer é a seguinte: ele enfatiza dois aspetos, primeiro, o papel da oposição, o papel da oposição é sempre um papel muito construtivo quando ela é feita com o rigor e com a participação que lhe é exigida, faz parte de um Governo, de um Município ou de qualquer outra entidade, nomeadamente o Governo, a oposição, a oposição é determinante e não devemos descorar este papel. -----



Assembleia Municipal

*Handwritten signature and initials*

— A outra ideia que eu quero partilhar e que também tem uma atualidade política enorme, diz Norberto Pires que a ação deste Governo PSD/CDS esvaziou o centro, abandonou-o colando-se à direita. Com esta interpretação que não é minha mas que sublinho, subscrevo, ao colar-se à direita nomeadamente ao CDS, criou todas as condições para o aparecimento desta nova solução de esquerda. Repito o texto é de Norberto Pires e está publicado no Diário das Beiras de ontem".-----

----- Pediu a palavra o **Senhor Deputado Luís Almeida**, de "direito de resposta e prometo que fico por aqui, já todos queremos é almoçar e não andar aqui em aperitivos. -----

----- Dizer ao Senhor Deputado Fernando Vale que se apela de ser um democrata e fala no Vinte Cinco de Abril e ter uma intervenção como "teve uma boa oportunidade de estar calado", acho que é a antítese daquilo que defende.-----

----- Como diria aquele célebre ditado "Bem prega Frei Tomás, faz o que ele diz, não faças o que ele faz.", Dizer-lhe só isto, eu já estou aqui nesta Assembleia há uns anos e também já tive como oposição e os orçamentos do Partido Socialista, esses sim verdadeiros manuais de empolamento de receita".-----

----- Foi dada a palavra ao Executivo Municipal na pessoa do **Senhor Presidente, Ricardo Pereira Alves** para fazer resposta ao solicitado.-----

"Começando pela intervenção do Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva e depois de ouvir a sua intervenção fiquei com a ideia de que não leu o documento que é a proposta das grandes opções do plano para dois mil e dezasseis ou pelo menos não o leu com a profundidade que era exigível, mas sublinhar o seguinte, se é algo que é marca deste Executivo Camarário é uma preocupação em perspetivar o desenvolvimento do Concelho de uma forma harmoniosa e perspetivando também a coesão territorial e já mais seguiremos o caminho do exacerbamento dos bairrismos que mais não visam do que fazer com que o todo seja inferior à soma das partes. -----

Dizer ao Senhor Deputado António João Lopes que normalmente se há características que não é associada aos engenheiros, e o senhor deputado hoje fez questão de falar muito aqui da profissão e das habilitações literárias da engenharia, é a característica da diletância e da retórica. Hoje mais uma vez ficamos a saber de apesar não ser uma característica comum a um momento aceite para os



Assembleia Municipal

engenheiros, a diletância e a retorica ainda existem em alguns engenheiros, nomeadamente no Senhor Deputado António João Lopes.-----

Depois fez aqui um conjunto de considerações relativamente às grandes opções do plano de dois mil e dezasseis e ao orçamento e eu convidava o Senhor Deputado António João Lopes a ler todo o documento, porque se á preocupação que temos tido é explicar como é que se constrói um orçamento, como é que se constrói umas grandes opções do plano, o que é que querem dizer as rúbricas, a que é que se referem os códigos para que possa existir uma leitura atenta e uma leitura global dos documentos que são apresentados, confesso que já percebemos e é uma insuficiência minha de certeza que o Senhor Deputado António João Lopes que não vive num mundo como o nosso e como eu tenho muita dificuldade em falar de um mundo que não conheço, muitas vezes admito que não possa responder com assertividade às questões que aqui coloca. Mais uma vez voltou a falar do Vinte Cinco de Abril mas eu pensei que depois de falar do Vinte Cinco de Abril que falaria do vinte cinco de novembro, a data em que definitivamente a Consolidação da democracia se tornou efetiva em Portugal. Compreendo estas reações quer da bancada da CDU, e já estranho mais mas compreendo as reações da bancada do Partido Socialista, acho que o Dr. Mário Soares ficaria muito satisfeito com essas reações que agora tiveram relativamente a esta referência.-----

Senhora Deputada Carla Rodrigues dizer que relativamente à questão da ETAR da Zona Industrial da Relvinha e relativamente à questão da Escola EB1 e Jardim de Infância do Sarzedo são duas intervenções que carecem de candidatura no caso da Escola EB1 do Sarzedo e Jardim de Infância, esse valor está garantido, ficamos a aguardar que haja o período para abrirem candidaturas para depois ela ser formaliza e relativamente à Relvinha temos essa expectativa, não há uma certeza como temos relativamente à escola do Sarzedo mas o seus avanço depende da aprovação das candidaturas.-----

Uma referência que fez e eu queria voltar a referir porque se as considerações que os Senhores Deputados e também os Senhores Vereadores do Partido Socialista fazem relativamente aos investimentos plasmados nos documentos que foram distribuídos da proposta das Grandes Opções do Plano dois mil e dezasseis e Orçamento Municipal de dois mil e dezasseis, em nome da seriedade política e intelectual, as funções sociais representam 53,41% das Grandes Opções do Plano. Se o critério é olhar para o POCAL, para a classificação do POCAL, as funções sociais representam 53,41% das Grandes Opções do Plano.-----

O Senhor Deputado Eugénio Fróis colocou aqui a questão da página vinte e nove, o valor inscrito de três milhões cento e setenta e dois mil euros, isto diz respeito ao mecenato.-----



Assembleia Municipal

*Handwritten signature in blue ink, possibly 'Ferreira'.*

Relativamente à questão da RLIS e ao CLDS, em primeiro lugar é preciso dizer que foi para o concelho, uma enorme oportunidade termos dois programas de intervenção social, mas é preciso primeiro do que tudo destrinçar aquilo que faz a RLIS e aquilo que faz o CLDS.-----

A Rede Local de Intervenção Social é um instrumento somente para o atendimento e o acompanhamento social e quis o Governo, não é algo com que esteja de acordo, que esse instrumento pudesse naturalmente que para cada instituição fizesse a sua candidatura mas que não passasse pelo Conselho Local de Ação Social, qualquer candidatura à Rede Local de Intervenção Social decorreu por vontade do legislador à margem do Conselho Local de Intervenção Social. Relativamente ao Contrato Local de Desenvolvimento Social não é assim, há uma apreciação no CLAS que reúne, para além da Câmara Municipal, a Segurança Social, as Instituições de particular de solidariedade social, as Misericórdias, as Juntas de Freguesia e outros parceiros considerados importantes nesta área, na esfera social e foi aí que foi escolhida a entidade coordenadora democraticamente, foi aí que foram escolhidas as entidades parceiras, foi aí que foi escolhida a coordenadora e foi aí também que foi aprovado o Plano de Intervenção para os próximos três anos para o Contrato Local de Desenvolvimento Social e que responde àquilo que são os desafios colocados anteriormente no Plano de Desenvolvimento Social do Concelho.-----

Nesta semana apenas houve uma apresentação pública destes instrumentos, foi do Contrato Local de Desenvolvimento Social do Concelho e foram convidadas e quero que não fiquem dúvidas disso, foram convidados todos os parceiros do CLAS, incluído naturalmente e como não poderia deixar de ser a União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, tenho aqui a nota de que foi feito inclusive um contacto telefónico na passada terça-feira para confirmar se a União das Freguesias ria estar ou não iria estar representada.-----

A Câmara Municipal e o Presidente do Conselho Local de Ação Social não foi convidado para qualquer apresentação pública da Rede Local de Intervenção Social, há uma coisa que eu queria deixar claro, como se costuma dizer e o povo diz com grande assertividade “a bodas e batizados só vai quem é convidado”, mas não pretendo alimentar nenhuma polémica com isto, apenas dizer que é algo que jamais farei, que é fazer politiquice e o tema é este, à custa dos socialmente mais desprotegidos, isso jamais o farei.-----

Respondendo ao Senhor Deputado Fernando Vale relativamente à questão das rendas das Águas do Centro Litoral, dizer que esse é uma parte do valor que está considerado no protocolo que celebramos com as Águas do Centro Litoral relativamente a entrega de infraestruturas, que foi publico e que mereceu também a concordância dos Senhores Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal.-----



Assembleia Municipal

Relativamente aos emolumentos, Senhor Deputado algumas coisas e uma em particular é que eu só tenho a aprender com a bancada do Partido Socialista, é a capacidade de emolumentarem os orçamentos, ou não queira que eu o recorde daquele gráfico que tive ocasião de apresentar aquando da aprovação das contas de dois mil e catorze que mostrava bem quem é que emoluntava os Orçamentos ao longo destes anos. -----

Senhora Deputada Arménia Coimbra relativamente à aquisição do espólio histórico, diz respeito ao Jornal de Arganil, é uma questão que ainda não está concluída. Relativamente ao Portal do Turismo, este valor é um valor global, portanto teremos que considerar um quinhão de vinte mil euros para o Município de Arganil e os outros setenta mil serão dos Municípios de Oliveira do Hospital, Tábua, Góis e Pampilhosa da Serra.-----

Relativamente ao Teatro Alves Coelho dizer que a Santa Casa da Misericórdia de Arganil intentou uma ação judicial no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra relativamente a esta matéria e o Tribunal decidiu da sua incompetência material para analisar o caso, portanto esse processo ficou encerrado e as custas foram suportadas pela Santa Casa da Misericórdia de Arganil porque o Município ganhou essa primeira ação.-----

Entretanto fomos já citados de uma nova ação noutra instância para contestarmos o que já fizemos, o processo decorre, temos a convicção que temos razão e vai prosseguir o seu curso. -----

A Senhora Deputada Ana Rita Gonçalves questionou se estão ou não consideradas intervenções no Mourão, Avenida dos Carecas e Mancelavisa, dir-lhe-ia que estamos a analisar o conjunto de situações que temos no concelho para introduzir numa empreitada de arruamentos mas dir-lhe-ei que relativamente ao Mourão estamos a executar o projeto e tencionamos incluí-lo nessa empreitada. -----

----- Pediu para intervir a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** para referir, “nós não vamos demorar nem vamos estar aqui até à tarde. Eu já tenho dito e esta Assembleia correu serenamente e eu acho que quem crispa é quem quer e quem nos crispa e quem nos provoca é a quem eu quero.-----

----- Eu já pedi uma vez ao Senhor Presidente e volto a pedir. Eu considero que a nossa linguagem, o nosso tom as nossas palavras fazem parte da vida e do nosso debate político, há uma coisa com a qual eu não me sinto confortada, não me sinto respeitada até, é quando o Senhor



Assembleia Municipal

Presidente ao responder-nos às questões que nós legitimamente colocamos e eu digo que esta fase é de esclarecimento e seria muito rápida, é quando o Senhor Presidente inicia as respostas e os esclarecimentos que deveria dar com as apreciações e com as doudas intervenções que faz sábias sobre política e como ator político que é e que eu lhe reconheço que é com prestígio.-----

----- No entanto se nós queremos celeridade e se o Senhor Deputado Luís Gomes diz e bem que nós vamos ficar aqui à tarde, vamos começar por pedir ao Senhor Presidente que seja objetivo, sucinto e concreto, eu não me sinto minimamente informada em nenhuma das suas expressões sobre as questões que eu lhe coloquei.-----

----- O Senhor disse-me da incompetência material do tribunal que ninguém sabe o que isto é e que é irrelevante, não me disse se a ação é um pedido de restituição do Teatro ou não pedido pela Santa Casa, não me referiu nem se pronunciou sobre as verbas que estão consignadas no Orçamento, no entanto Senhor Presidente gasta dois terços da sua intervenção a dizer-nos e a dizer a outros Senhores Deputados, não leu o documento, aconselho-o a ler, faça uma leitura atenta, não vive no meu mundo, eu não estou para politiquices e quando chega ao que é concreto crispa-me, o Senhor é que me crispa. Eu digo-lhe com toda a sinceridade, eu não me revejo na sua função, o Senhor Presidente não cumpre a sua missão, nesta Câmara e eu já o tenho dito, é uma Câmara de debate político dos Senhores Deputados.-----

----- O Senhor Presidente está aqui para responder às nossas dúvidas e às nossas questões, não está primeiro para nos dar lições de moral, nem políticas, nem éticas nem está aqui para gastar dois terços do tempo em apreciações políticas. O Senhor Presidente tem o seu local próprio, nos seus discursos, na sua Câmara, aqui a Assembleia pede esclarecimentos. Eu pedi-os e não estou satisfeita. Não gaste tempo comigo, não me diga que eu que crispo, eu fui crispada, responda-me às perguntas que eu lhe fiz e os outros interpelantes digam o mesmo se se sentem ou não respondidos, o senhor, gasta tanto tempo a responder de um modo apreciativo ao Senhor Deputado Fernando Vale e não responde sequer às questões. Responda.-----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, para dizer “na minha intervenção sintética eu pedi um esclarecimento, eu gostava de saber qual é o valor das eólicas, pensei que ele estaria referido na verba a que fiz referência que é o código 10 transferência de capital e foi-me referido que este valor de três milhões cento e setenta e dois mil era uma verba do mecenato, os



Assembleia Municipal

particulares estão de bolsos cheios também mas ainda assim percebendo isso, gostaria de saber se for possível porque não encontrei, qual é a verba relativa às eólicas. -----

----- Relativamente à politiquice e quem faz politiquice eu penso que isso é desnecessário. Não sei quem convida nem quem deixa de convidar agora parece-me o seguinte, que aqui estamos convergindo dois programas de ação social os protagonistas têm de se entender, têm que conversar se isto não resultar, se isto não for assim há um enfraquecimento. Se dizer isto na casa da política é fazer politiquice, bom então faça politiquice”. -----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado António Lopes** para dizer “eu perguntei ao Senhor Presidente se este ordenamento do território que tem duzentos e cinco mil euros estava incluída iluminação para o prolongamento da avenida Padre José Vicente em Coja que foi feita à cinco ou seis anos e contínua sem iluminação. -----

----- Perguntei se neste plano que eu considero uma confusão completa, está metido o trabalho de sociólogos para trabalharem com a população estrangeira que vive entre a Benfeita e Pardieiros, obrigado”. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale**, “dizer que me revejo integralmente nas palavras da minha colega de bancada, Arménia Coimbra e realmente o Presidente da Câmara Municipal de Arganil não respondeu há minha segunda questão que é relativamente a outros trabalhos especializados no valor de oitocentos e oitenta e quatro mil e seiscentos euros, que trabalhos estão previstos. -----

Permita-me que leia aqui uma citação de Sá Carneiro que dizia o seguinte “*usamos adjetivos a mais o que aliás talvez sirva para encobrir a nossa capacidade de conseguirmos fazer as coisas*”, acho que se aplica muito bem aquilo que o senhor presidente acaba de dizer”. -----

Pedi a palavra o **Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Moura**, “como nota prévia, a minha intervenção vem na sequência de uma bancada, portanto eu não tenho nada a ver com o assunto, eu sou um mero representante de uma Junta de Freguesia,



Assembleia Municipal

*Handwritten signature and initials*  
H. Alves

não estou aqui numa atividade política, mas sim na defesa dos superiores interesses da minha Freguesia.-----

Posto isto apenas quero clarificar uma questão que tem a ver com a questão dos convites do CLDS, que fique bem claro, a Junta de Freguesia não foi convidada e teria feito questão de estar presente. Muito obrigado".-----

Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente do Executivo, Ricardo Pereira Alves** para fazer os esclarecimentos.-----

----- "Relativamente à questão que o Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva aqui referiu ultimamente, eu desminto-o categoricamente. Foram convidadas todas as Uniões de Freguesia e Juntas de Freguesia do Concelho, para além de todos os parceiros do CLAS.-----

----- Quanto às questões que foram colocadas nomeadamente pelo Senhor Deputado Fernando Vale, Outros Trabalhos Especializados, está incluído neste valor a ERSUC, as Águas do Centro Litoral (o pagamento dos valores referentes ao saneamento), os Auditores, a Construlink, a Inspeção de Elevadores, Monitorização da Rede de Transportes e outros serviços.-----

----- Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Eugénio Fróis, o valor relativo às eólicas encontra-se nos Outros Bens de Domínio Público e Outros é o valor referente às eólicas.-----

----- Senhor Presidente, se me permitir eu gostaria de responder e no exercício de defesa da honra à Senhora Deputada Arménia Coimbra.-----

----- Eu nasci em maio de mil novecentos e setenta e sete e portanto não conheço outro regime que não o regime democrático e dava a Democracia como adquirida, porque hoje nesta Assembleia a intervenção da Senhora Deputada Arménia Coimbra foi dos exercícios mais lamentáveis que já algumas vez assisti desde que sou presidente da Câmara desde vinte e oito de outubro de dois mil e cinco, porque através da sua intervenção pretendeu quartar o exercício democrático da minha intervenção nesta Assembleia e ao mesmo tempo pretendeu branquear aquilo que eram questões que colocou há minha pessoa e que eu respondi, porque no exercício do esclarecimento Senhora Deputada não basta quem esclarece apresentar esses esclarecimentos, é preciso que quem pede para ser esclarecido queira ser esclarecido. Muito obrigado Senhor Presidente".-----



Assembleia Municipal

----- Pediu a palavra a **Senhora Deputada Arménia Coimbra**, para fazer uma declaração de Voto. "Eu irei votar este Relatório Grandes Opções do Plano, fica registado em ata, não tendo sido devidamente esclarecida relativamente a uma ou duas questões que coloquei ao Senhor Presidente do Executivo e que insisti que fosse respondida. -----

----- Em síntese, eu não considero que o Senhor Presidente tenha esclarecido a questão relativamente ao Teatro Alves Coelho no que diz respeito à verba de seiscentos mil euros que está inscrita e quando eu questionei o Executivo foi no sentido de saber e de relacionar essa verba de seiscentos mil e esses gastos com os custos da ação judicial que diz respeito ao Teatro Alves Coelho e que está pendente e não fiquei esclarecida porque também questionei o Senhor Presidente relativamente à despesa de estudos e consultadoria e pareceres, cuja verba é de duzentos e vinte e dois mil euros. -----

----- Considero que não ofendi ninguém, que não quis ofender o Senhor Presidente na minha intervenção, legitimamente usei do meu direito de indignação perante a ausência de resposta reiterada agora na sua postura. -----

----- Quero dizer ao Senhor Presidente que tenho muito apressado por ele a título pessoal, não confundo o Senhor Presidente com o cargo que exerce e no exercício do cargo, eu exigi ao senhor presidente respostas concretas e firmes e não me foram dadas. -----

Irei votar este Relatório, este Orçamento e estas Grandes Opções do Plano numa Assembleia Municipal considerando que nela o Executivo não cumpre a sua missão nem o seu dever regulamentar e regimental". -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente do Executivo, Ricardo Pereira Alves**. "Ficamos esclarecidos quanto ao conceito de democracia que ambos temos. -----

----- Ausentou-se a Senhora Deputada Arménia Coimbra. -----

----- Continuou o Senhor Presidente do Executivo, Ricardo Pereira Alves, "de qualquer forma Senhor Presidente, se a Senhora Deputada Arménia Coimbra tivesse lido bem os documentos que foram apresentados veria nas funções gerais, administração geral, serviços de consultadoria jurídica, previstos cinquenta mil euros e naturalmente que o valor dos seiscentos mil euros para o Teatro Alves Coelho é para intervenção de reabilitação e somente para a reabilitação de intervenção do Teatro Alves Coelho". -----



Assembleia Municipal

----- Após feitos todos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o ponto número um à votação, tendo sido aprovado por maioria com oito votos contra, dos Senhores Deputados, Eugénio Fróis, António Simões, Cristina Figueiredo, Fernando Vale, Patrick Dias da Cunha, Ana Rita Gonçalves, Leonel Costa e António Lopes e uma abstenção do Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Moura. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

Foram apresentadas as seguintes declarações de voto.-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIALISTA** -----

*O Orçamento Municipal para 2016 e as Grandes Opções do Plano continuam com os mesmos vícios dos documentos dos anos anteriores. -----*

*Em primeiro lugar verifica-se, de novo, um empolamento do Orçamento Municipal, que estimamos ser na ordem dos 4 M €. A execução deste orçamento ficar-se-á provavelmente pelos 14,5 M €. É portanto um documento que pretende iludir os munícipes de Arganil com um valor que, mais uma vez, não se cumprirá. Como tal, não é um documento que traduza rigor e seriedade. -----*

*Em segundo lugar são documentos que, no seu conjunto, não contribuem para retirar o concelho de Arganil do marasmo e definhamento em que se encontra, não sendo, portanto, promotor de um desenvolvimento pensado, planeado, sustentado e sustentável de que o nosso concelho urgentemente necessita. -----*

*Em terceiro lugar muitas propostas plasmadas nestes documentos constituem intervenções que fazendo parte dos Orçamentos de anos anteriores, não foram executadas. No seu conjunto são mais de 4 M €! Estamos, assim, perante mais um Orçamento de adiamentos. -----*

*Em quarto lugar, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano são documentos que não refletem uma cultura democrática de diálogo e de partilha, não acolhendo, mais uma vez, as propostas e os contributos do Partido Socialista, em claro prejuízo de muitos cidadãos e famílias deste concelho. -----*

*O não acolhimento sucessivo e repetido de propostas apresentadas pelo Partido Socialista, como a criação de um Regulamento para atribuição de Bolsas aos Estudantes do Ensino Superior oriundos de famílias carenciadas, do Programa de Apoio às Famílias e às Empresas ou o Programa de Apoio Complementar às IPSS e aos idosos é exemplificativo do que se acaba de referir. -----*



Assembleia Municipal

*A ação social não se deve esgotar na ação social escolar. Este executivo do PSD tem a obrigação de seguir o exemplo de autarquias como a Lousã, Oliveira do Hospital, Coimbra ou Miranda do Corvo, reconhecidas como familiarmente responsáveis devido às boas práticas e políticas amigas das famílias. Infelizmente, o concelho de Arganil não é reconhecido como tal, sendo esta uma das muitas evidências do alheamento, do desinteresse e da falta de empenho deste executivo em tentar retirar o concelho da situação de iminente colapso demográfico em que se encontra, a qual acarreterá graves consequências para o futuro.*-----

*A referência cultural do Concelho de Arganil, o Cineteatro Alves Coelho, devido a uma incompreensível falta de diálogo, continua envolto num processo judicial sem fim à vista. O Museu de Arqueologia é qualquer dia, ele próprio um fenómeno arqueológico. O espólio do Museu de Etnografia, lamentavelmente desmantelado do seu local original, continua à espera da aguardada mudança, enquanto o Centro Interpretativo de Arte Rupestre continua a deteriorar-se. O Museu do Rali, previsto desde 2014, ainda não passou de uma tenda na Ficabeira.*-----

*As intervenções de fundo na rede viária esperam por melhores dias, nomeadamente Benfeita/Mata Margarça, Selada das Eiras/Cepos, Agroal/Sobral Magro/Soito da Ruiva, Celavisa/Sarinoa, Murganheira/Chapinheira, todas previstas para 2015 e onde nada foi concretizado, para não mencionar muitas outras que necessitam de urgente reparação. O panorama geral da rede viária do concelho, assim como da sinalização, é de degradação.*-----

*Num concelho como o de Arganil volta-se a verificar que não existe um investimento sério e estruturado no Turismo. Voltamos a ver consignado no Orçamento o Portal de Turismo. Mais um adiamento! A Praia Fluvial da Peneda Talhada continuará esquecida, não se vislumbrando também qualquer intervenção na Estação Arqueológica da Lomba do Canho.*-----

*A verba consignada nas GOP para a Proteção Civil e Luta Contra Incêndios é ridiculamente baixa para um concelho como Arganil. O estado de conservação da rede viária florestal é alvo de queixas frequentes por parte da população e das Associações Humanitárias de Bombeiros do nosso concelho, não se constatando no Orçamento e nas GOP qualquer esforço sério para a sua beneficiação.*-----

*No que diz respeito à competitividade dos territórios e na aposta no tecido empresarial, verifica-se uma inexplicável redução para metade do Orçamento previsto para a requalificação das zonas industriais do Concelho. Ao invés da redução, seria expectável um aumento significativo do investimento nestas áreas. O sinal dado aos nossos empresários por estes documentos em apreciação é significativo.*-----

*Depois das denúncias públicas realizadas pelo Partido Socialista relativamente ao estado da ETAR da Relvinha e da qualidade da água, vemos com satisfação consignada uma verba para a construção da nova ETAR da Relvinha, assim como a intenção de investimento no novo sistema de abastecimento*



Assembleia Municipal

*Edo Q*  
*Habes*

*da Alagoa. Fazemos votos para que saiam do papel e que não sejam mais um exemplo de investimentos adiados.-----*

*Por último, uma referência especial à eternamente adiada Ponte da Baralha, cuja integração nas GOP se transformou num ponto de honra deste executivo. -----*

*Resumindo e concluindo, a proposta das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2016 não satisfaz, não agita o marasmo que se instalou, não serve para a tão necessária alavancagem do concelho de Arganil. Como tal, a bancada do Partido Socialista vota determinadamente contra as propostas de Orçamento e das Grandes Opções do Plano apresentadas.-----*

***Declaração de Voto do Deputado António João Lopes -----***

*Voto contra o Plano e Orçamento porque estes documentos não têm forma de informar quais as obras que vão ser realizadas em dois mil e dezasseis, o que traduz em ineficiência da Câmara Municipal de Arganil com desperdício de tempo, de pessoal e de verbas, logo deficiente gestão.*

**2) Discussão e votação do Orçamento de Receita e Despesa e Mapa de Pessoal, e Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais para o ano de 2016.-----**

----- Após feitos todos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o ponto número dois à votação, tendo sido aprovado por maioria com nove votos contra, dos Senhores Deputados, Arménia Coimbra, Eugénio Fróis, António Simões, Cristina Figueiredo, Fernando Vale, Patrick Dias da Cunha, Ana Rita Gonçalves, Leonel Costa e António Lopes e uma abstenção do Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Moura. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----



Assembleia Municipal

**3) Autorização para a assunção do compromisso plurianual das Empreitadas de “Ligação Selada das Eiras – Cepos” e de Ligação Agroal – EM508”**

----- Não havendo pedidos para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o ponto número três à votação, tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção, do Senhor Deputado, António Lopes. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**4) Autorização para a assunção do compromisso plurianual do ProEm/21/2012 Concurso Publico para a Empreitada de Beneficiação da Ligação Chapinheira – Murganheira (EM522)**

----- Não havendo pedidos para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**5) Autorização prévia para a abertura do Concurso Público Internacional para a prestação de serviços de contratação da carteira de seguros do Município de Arganil, pelo período de 3 anos (36 meses).Autorização prévia pela Assembleia Municipal para a assunção de compromisso plurianual.**-----

----- Não havendo pedidos para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----



Assembleia Municipal

*John*  
*Paulo*

**6) Apreciação e Votação da Renovação da Autorização concedida para a abertura excepcional de procedimentos concursais comuns de recrutamento para postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município de Arganil, em 2015. -----**

----- Não havendo pedidos para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o ponto número seis à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**7) Listagem de contratos plurianuais celebrados entre 31 de agosto de 2015 e 13 de novembro de 2015, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais- alínea c), do nº1 do artº 6º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro, na sua actual redacção (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso). -----**

----- Não havendo pedidos de intervenção ou esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, passou ao ponto seguinte. -----

**8) Despacho nº48/2015 DAGF RH. -----**

Pediu a palavra a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** para proferir, "eu necessito de informações sobre este despacho uma vez que diz respeito à cessação de um concurso procedimental que estava em curso e que a Assembleia Municipal autorizou na sessão de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e quinze.-----

Diz que os pressupostos que estiveram inerentes à abertura do procedimento concursal não se mantêm, concretamente a previsão da saída de Técnico Superior a exercer funções na área em questão, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, encontrando-se a autarquia dotada permanentemente de profissional. -----

Eu pergunto se com este encerramento já não vai haver nenhuma contratação ou se encerra o procedimento apenas e se não vai ser ninguém contratado num outro regime porque está a autarquia servida?"-----



Assembleia Municipal

Esclareceu o **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Pereira Alves**, dizendo "a razão pela sessão deste procedimento contratual, está aqui plasmada, nomeadamente quando se refere que estava prevista a saída de uma técnica superior do mapa de pessoal, tem contrato por tempo indeterminado com a autarquia, na sequência de ter sido opositor a um concurso e ter sido selecionada, mas essa situação não se concretizou e pareceu-nos adequado fazer sessar este procedimento contratual porque se tratava de substituir aquela colaboradora que tinha um contrato por tempo indeterminado com a Câmara Municipal. -----

----- Como pode verificar no mapa de pessoal para dois mil e dezasseis, está previsto uma contratação na área de direito mas por tempo determinado.-----

----- Não haverá a entrada de ninguém por tempo indeterminado está previsto abrir um concurso mas por tempo determinado.-----

----- A Senhora Deputada Arménia Coimbra que referiu, "diz-me aqui que é na área em questão e eu não sei qual é a área em questão, é direito? Eu pelos números, não identifico esta deliberação. Diz sempre abertura do procedimento concursal em causa e também não diz qual é, eu só tenho números, despacho quarenta e oito, só tenho número da Assembleia, a data, o meu despacho vinte e um/ PC. Se eu estou só a votar este despacho. -----

O Concurso era para a área de um técnico Superior de Direito e temos uma contratada, não saiu, é o que diz aqui, não é? -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara Ricardo Pereira Alves** que explicou, " a Câmara Municipal tinha uma Técnica Superior de Direito em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado e tem. Estava previsto porque ela foi opositora a um concurso para outra Câmara Municipal que ela saía e entretanto não saiu. É essa razão porque lançamos o concurso e foi decidido sessar esse concurso. -----

----- A **Deputada Arménia Coimbra** pergunta "em que fase estava o Concurso?"-----

----- Responde o **Senhor Presidente da Câmara Ricardo Pereira Alves**, "o concurso estava na fase inicial, só tinham concorrido, ainda estamos na primeira fase".-----



Assembleia Municipal

**9) Informação escrita relativa à Renovação de Contratos de Trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo.**-----

----- Não havendo pedidos de intervenção ou esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, passou ao ponto seguinte. -----

**10)--- Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.**-----

Referiu a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** que “no relatório do contencioso, o número dos processos de contraordenação pendentes, deveria constar aqui para sabermos da atividade do contencioso, está aqui só uma mera descrição. Era importante saber os instaurados, os findos e os que estão em curso. Para a próxima deveria constar, é uma atividade rentável e proveitosa. -----

## ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais intervenções o **Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão, agradecendo a todos os presentes, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Executivo, também aos elementos do staffe do Município e à Imprensa que aqui estiveram desejando um bom-fim-de-semana, e assim declarou encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu, \_\_\_\_\_, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino.